

**COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**

ATA NÚMERO 15/XIII/2.^a SL

Em 19 de outubro de 2016, reuniu, pelas dezassete horas e trinta minutos, a Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, na sala seis do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Audição no âmbito da apreciação dos Projetos de Lei n.ºs 141/XIII/1.^a (PCP), 142/XIII/1.^a (PCP), 150/XIII/1.^a (PS), 152/XIII/1.^a (BE), 153/XIII/1.^a (BE), 157/XIII/1.^a (BE), 160/XIII/1.^a (BE), 218/XIII/1.^a (PSD), 219/XIII/1.^a (PSD), 220/XIII/1.^a (PSD), 221/XIII/1.^a (PCP), 225/XIII/1.^a (CDS-PP) e 226/XIII/1.^a (CDS-PP) – Dr. Rui Rio.

O Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), agradeceu a presença do Dr. Rui Rio e concedeu-lhe a palavra para uma intervenção inicial.

O Dr. Rui Rio começou por referir que hoje o povo vota, tem direito a escolher, mas diz pior de quem escolheu do que dos restantes candidatos, tratando-se de uma contradição insustentável que tem de ser ultrapassada, pois que existe uma desconfiança generalizada, não só no que respeita aos políticos, mas também quanto aos economistas, magistrados, jornalistas, entre outros. Afirmou existir hoje um divórcio entre o povo e a política. Referiu que a responsabilidade primeira é do poder político, e depois da comunicação social que mata a credibilidade política, mas também do próprio poder judicial, com a sua falta de eficácia.

Expôs que a maioria dos políticos não é corrupto, e que há que partir deste princípio, estando os rendimentos destes políticos muito aquém dos que são praticados noutros países. Falou da necessidade de reintegração do político após o exercício do seu mandato, das dificuldades associadas a esta reintegração, às quais não surge associado o pagamento de uma qualquer indemnização.

No que respeita à transparência em concreto, referiu ser um erro querer ser infalível na redação do texto legal. Considera que tem de haver bom senso, sendo necessário haver margem de manobra para o que se pretende fazer. Terminou, apelando a que não se tente ser perfeccionista, o que não invalida que não se tente fazer a melhor lei.

**COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**

ATA NÚMERO 15/XIII/2.^a SL

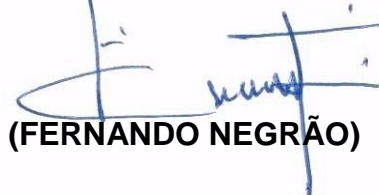
Após a intervenção inicial do Dr. Rui Rio, usaram da palavra, para formular perguntas, os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD), Fernando Anastácio (PS), José Manuel Pureza (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), as quais foram respondidas conjuntamente, tendo o Senhor Presidente, no final, agradecido a presença e os contributos dados pelo convidado.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 19 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de outubro de 2016.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: aprovada a 17-01-2018



**COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**

ATA NÚMERO 15/XIII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Bacelar de Vasconcelos
Clara Marques Mendes
Duarte Marques
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
João Torres
Jorge Machado
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Luís Vilhena
Margarida Balseiro Lopes
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Trigo Pereira
Pedro Delgado Alves
Pedro Filipe Soares
Sara Madruga da Costa
Susana Amador
Susana Lamas
Vânia Dias da Silva
Álvaro Castelo Branco
Jorge Lacão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: